

(?R. Padre António Nascimento Patrício), Apto. 243, Pedras d'el Rei,
Santa Luzia - TVR, 8800-536, Faro, Portugal
Ou Reino de Vasco (De ~1975) ou República de Miau (De 2023)?
graemewalker@mac.com +351 926 604 925
31 de dezembro de 2023

Caros legisladores de Portugal,

Gostaria de propor uma pequena alteração à Constituição da República Portuguesa.

O meu raciocínio refere-se à minha experiência pessoal enquanto vivia na minha casa: um estúdio na aldeia de Pedras d'el Rei, situada na parte sul da antiga província romana da Lusitânia (não o mais famoso navio britânico com o mesmo nome). Pouco depois de ter comprado a minha casa, apercebi-me de que estava num território controlado por um inimigo da República Portuguesa. Desde então, centenas de habitantes locais têm-me dito que a minha casa está situada numa "aldeia privada" e que as leis da República Portuguesa não se aplicam.

Comprei a minha casa (em 2021) por aproximadamente o dobro do valor da avaliação do meu credor hipotecário; devido a graves problemas de saúde, continuei com a sua compra apesar desta informação prejudicial. Posteriormente, descobri que um homem (Vasco Queiroga) exerce soberania pessoal sobre vastas extensões de terrenos públicos na República Portuguesa. Continuo confuso quanto ao fundamento da reivindicação de soberania pessoal de Vasco Queiroga sobre todo o terreno que circunda inteiramente a minha casa.

A razão subjacente ao elevado estatuto de Vasco Queiroga entre a população humana circundante na antiga Província Romana da Lusitânia parece ser o facto de a República Portuguesa não ter afirmado a sua soberania sobre esta terra desde 1975. Em colaboração com o meu gato, proclamo que esta terra é um novo estado-nação, sujeito apenas a leis feitas por gatos. Entretanto, apresento os seguintes comentários (de boa fé) à República de Portugal:

1. As normas legais e éticas para o comportamento dos funcionários públicos podem também funcionar como normas implícitas para todos os trabalhadores do sector privado.
2. A maioria dos seres humanos presta atenção às regras que afectam o seu emprego.
3. Existem atitudes anti-republicanas generalizadas em Portugal, talvez relacionadas com as suas memórias vivas.
4. Muitas pessoas idosas que conheci têm medo de receber informações e muitas casas vazias em Pedras d'el Rei parecem ser propriedade de portugueses idosos ou falecidos.
5. A maioria das pessoas que encontrei em Pedras d'el Rei são clientes de uma organização criminosa, empregados de uma organização criminosa ou familiares de um proprietário idoso.
6. Muitos funcionários públicos em Portugal negaram ou desviaram-se dos seus deveres invocando "ordens superiores" e muitos cidadãos negaram os seus deveres cívicos.

Uma das razões pelas quais a República Portuguesa não faz valer a sua legítima soberania sobre os terrenos públicos que rodeiam a minha casa parece ser o facto de muitos dos seus habitantes não se responsabilizarem uns aos outros como cidadãos. Alguns portugueses que conheci desconhecem mesmo a existência da Constituição da República Portuguesa.

A minha objeção diz respeito ao "dever de obediência" previsto no artigo 271º da Constituição: Penso que é incorreto isentar os trabalhadores subservientes de responsabilidade civil por cumprirem ordens quando sabem que essas ordens são erradas. Se algum "dever" se deve aplicar em relação a ordens superiores que se sabe serem erradas, é o da desobediência. Se esta defesa de Nuremberga como desculpa para a idiotice voluntária fosse retirada da Constituição (com ampla cobertura mediática), poderia encorajar mais trabalhadores e cidadãos a pensar por si próprios, aumentar a responsabilidade pessoal e reduzir a corrupção.

Com os melhores cumprimentos,



Graeme Walker